

OS DESAFIOS ENCONTRADOS PELOS DEFICIENTES PARA O INGRESSO NAS ACADEMIAS DE GINASTICA DA BARRA DA TIJUCA NO RIO DE JANEIRO

THE CHALLENGES FOUND BY DISABLED PEOPLE IN THE GYM ACTIVITIES OF THE TIJUCA BAR IN RIO DE JANEIRO

Káryn dias Nogueira Lima
Francisco Elieser Braga de Oliveira
Andrea Teixeira Vilela
Victor Hugo do Rosário
Paulo Sérgio Pimentel de Oliveira
Felipe da Silva Triani
Faculdade Gama e Souza – FGS

Resumo

O termo acessibilidade tem sido muito utilizado atualmente e consiste na possibilidade de acesso a um lugar ou conjunto de lugares. O direito à acessibilidade vem promovendo por meio de órgãos públicos ou privados, diversas mudanças nas condições de acesso a esses espaços, com a construção de rampas, adaptação dos equipamentos, mobiliário, transporte coletivo e dos sistemas e meios de comunicação e informação, permitindo aos Deficientes uma maior aproximação aos serviços prestados para a população em geral. Além disso, atualmente, o comportamento sedentário tem se tornado um problema de saúde pública, evidenciando a necessidade da atividade física para a saúde. Tendo como base esse direito conquistado por essa parcela da população e a questão da saúde, o presente trabalho tem como objetivo conhecer o nível de acessibilidade em algumas academias de ginástica da Barra da Tijuca na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Para atingir o objetivo foi realizada uma pesquisa observacional nas academias da região, tendo como instrumento a Escala de Vidor. Os resultados encontrados demonstram que 60% das academias observadas apresentam rampas de acesso, 53% banheiros adaptados, 40% portas automáticas e elevadores com painel em braile, 67% rota acessível e nenhuma delas possuíam pisos adequados, balcões acessíveis e acessibilidade na web. Conclui-se que é necessário refletir sobre as condições de acessibilidade no grupo de academias observadas, bem como o incentivo a campanhas de adaptação para garantir o acesso àqueles que necessitam.

Palavras-chave: Acessibilidade. Exercício. Saúde.

Abstract

The term accessibility has been widely used today and consists of the possibility of access to a place or set of places. The right to accessibility has promoted, through public or private agencies, various changes in the conditions of access to these spaces, with the construction of ramps, adaptation of equipment, furniture, collective transport and systems and means of communication and information, allowing the People with disabilities are closer to the services provided to the general population. In addition, sedentary behavior has now become a public health problem, evidencing the need for physical activity for health. Based on this right conquered by this population and the issue of health, this study aims to

know the level of accessibility in some gymnasiums of Barra da Tijuca in the West Zone of Rio de Janeiro. In order to reach the objective, an observational research was carried out in the academies of the region, having as instrument the Vidor Scale. The results show that 60% of the academies observed had access ramps, 53% adapted toilets, 40% automatic doors and lifts with braille panel, 67% accessible route and none of them had adequate floors, accessible counters and accessibility on the web. It is concluded that it is necessary to reflect on the accessibility conditions in the group of academies observed, as well as the incentive to adaptation campaigns to guarantee access to those who need them.

Keywords: Accessibility. Exercise. Health.

1 Introdução

De acordo com o ultimo censo realizado pelo IBGE em 2010 no Brasil, temos cerca de 45.606.048 deficientes, ou seja, 23,9% da população Brasileira. Diante disso, percebe-se que os deficientes constituem uma parcela considerável da população. O fato é que a comunidade não se encontra preparada para conviver em harmonia com essas pessoas. Prova disso, é o processo de exclusão social que muitos deficientes sofrem sendo desrespeitados em situações elementares do dia a dia, como, por exemplo, a inexistência de rampas em prédios públicos e privados, falta de transporte público adaptado entre muitos outros (BOLONHINI JUNIOR, 2010).

Segundo Bolonhini Junior (2010), a expressão deficiente abrange um grande número de situações que envolvem anomalias físicas, psíquicas, fisiológicas, muitas vezes de difícil caracterização, pois segundo o autor, ser deficiente não implica necessariamente ter uma anomalia física visível.

A acessibilidade é uma preocupação constante da arquitetura e urbanismo nas últimas décadas e está diretamente ligada ao fornecimento de condições as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para a utilização com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços públicos ou coletivos (BOLONHINI JUNIOR, 2010).

Devemos salientar que a acessibilidade significa a possibilidade de acesso do deficiente com necessidade especial, mas só do seu acesso físico aos locais e sim, de seu acesso ao desenvolvimento sadio de sua personalidade com vista à garantia de sua dignidade humana. Segundo Rulli Neto (2002), a falta de acessibilidade talvez seja a mais grave violência ao deficiente sendo uma forma de preconceito grave.

Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão, visando eliminar os obstáculos existentes ao acesso, modernizando e incorporando essas pessoas ao convívio social e possibilitando o ir e vir.

De acordo com Callé (2016), a Legislação que trata do assunto sobre acessibilidade é farta e passa por todas às áreas e esferas de competências da União, Estados e Municípios. Inclusive, desde dezembro de 2015, está em vigor o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), trazendo inúmeras definições e mudanças

no âmbito dos condomínios residenciais, dentre elas, o conceito de acessibilidade que está reproduzido no artigo 3º, inciso I, como sendo: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O estudo realizado por Palma et al. (2011), em academias na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, teve como objetivo diagnosticar e analisar a acessibilidade e a participação em atividades físicas por pessoas com deficiência. Fizeram parte do estudo 14 academias e profissionais responsáveis pelas mesmas. Os instrumentos utilizados foram ficha de observação da infraestrutura nas academias e questionário aos profissionais responsáveis pelas mesmas. Os resultados apontaram que 11 academias tinham suas entradas acessíveis; em quatro, os pisos eram antiderrapantes no interior, porém, em nenhuma havia banheiros adaptados, e a atividade física mais procurada pelas pessoas com deficiência era a musculação. Por fim, segundo este diagnóstico, as academias encontravam-se em processo gradativo para tornar seu espaço adequado e adaptado e preocupavam-se em buscar formas e alternativas para atender a este público e garantir seu acesso à prática de atividades físicas.

E no Rio de Janeiro? Será que encontramos academias com essa infraestrutura? Será que os deficientes têm acesso a esses estabelecimentos? Portanto, o objetivo desse manuscrito foi identificar o nível de acessibilidade para pessoas com deficiência nas academias do bairro da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. O pressuposto é que as academias da Barra da Tijuca não estão preparadas para receber deficientes físicos. Além disso, os deficientes não têm seus direitos respeitados.

2 Materiais e Métodos

O tipo de pesquisa qualitativa que teve a observação de campo como técnica de aproximação de dados (GIL, 2002), descrevendo as características dos estabelecimentos por meio do levantamento *in loco*.

A pesquisa foi desenvolvida em 15 academias da Barra da Tijuca na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Foram utilizadas técnicas padronizadas para coletar dados e observações sistemáticas. A ferramenta de marketing utilizada foi a de “cliente oculto”, na qual um cliente simula interesse em matricular um suposto irmão com mobilidade reduzida. A coleta de dados se deu no segundo semestre de 2017.

Durante a observação de campo foram considerados os quesitos constantes no protocolo “acessibilidade nota 10” (SHIMOSAKAI, 2014), elaborado pela profissional de Educação Física Georgette Vidor.

3 Resultados

Tabela 1 - Nível de acessibilidade para deficientes nas academias de ginástica por quesito

QUESITOS	ACADEMIAS														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Rampas de acesso	■			■		■		■	■			■	■	■	■
Pisos adequados															
Banheiro adaptado	■						■	■		■	■	■			■
Atendimento especializado	■			■											■
Balcões acessíveis															
Bebedores e pias com sensores															
Portas automáticas							■		■	■	■	■			■
Elevadores com painel em braile							■		■	■	■	■			■
Rota acessível interna/externa	■			■			■	■	■	■	■	■			■
Acessibilidade na web															

Fonte: elaboração própria
 Legenda: Academias que possuem os quesitos

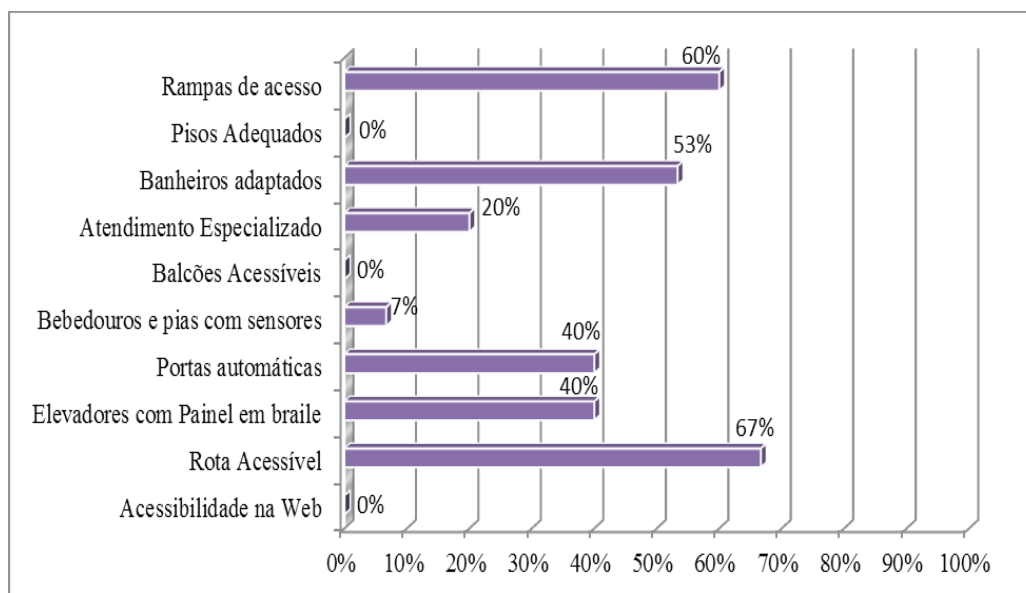


Figura 1 - Quantitativo de academias de ginástica que possuem os quesitos
 Fonte: elaboração própria

4 Discussão

Os resultados demonstram que 60% das academias visitadas na Barra da Tijuca possuem rampas de acesso, item tão necessário e facilitador para os deficientes físicos. Esse apontamento corrobora com Bolonhini Junior (2010), quando afirma que a acessibilidade é uma preocupação constante da arquitetura e urbanismo nas últimas décadas e estão diretamente ligadas ao fornecimento de condições as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para uma utilização com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços públicos ou coletivo.

Já no quesito pisos adequados, apesar de ser um item relativamente barato, percebemos que apesar das academias terem pisos lisos e de fácil deslocamento, elas não possuem os táteis, ou seja, um piso diferenciado em *textura* e *cor* que, em destaque ao outro, orientando e facilitando a percepção das pessoas com deficiência visual e baixa visão. Pode parecer abstrato para as pessoas que enxergam, mas para o deficiente visual e a pessoa com baixa visão este piso é fundamental para dar autonomia e segurança no dia a dia (FROTA, 2009).

Em se tratando dos banheiros adaptados, podemos perceber que 53% das academias se preocuparam com esse item. Esse resultado é bem diferente da pesquisa feita por Palma et al. (2011) em academias na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, que teve como objetivo diagnosticar e analisar a acessibilidade e a participação em atividades físicas por pessoas com deficiência, e foi constatado que nenhuma academia visitada possuía banheiro adaptado. Essa comparação coloca a região da Barra de Tijuca em uma posição mais bem preparada para atendimento de deficientes que necessitam desse local de forma adequada, cumprindo assim, a legislação brasileira que diz no seu Art. 1º que fica instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Quando se trata de atendimento especializado, somente 20% das academias relatam possuir um profissional capacitado e treinado para atender aos clientes com necessidades diferenciadas, essa observação vai ao encontro com o último censo realizado pelo IBGE (2010), o qual denunciou que no Brasil, temos cerca de 45.606.048 deficientes, ou seja, 23,9% da população brasileira. Diante disso, percebe-

se que os deficientes constituem uma parcela considerável da população, sendo assim, há necessidade de reflexão sobre a formação desses profissionais. Um estudo realizado com graduandos de uma Universidade de São Paulo discute a importância da inclusão das atividades acadêmico-cultural como estratégia para ampliar a formação dos futuros profissionais de educação física e descreve como vem sendo compreendidas e conduzidas nos cursos de licenciatura e bacharelado de sete instituições de ensino superior de diferentes estados brasileiros que oferecem ambas, as modalidades de curso (APARECIDA et al., 2012).

No item balcões acessíveis; nenhuma academia possui acessibilidade para que os deficientes possam buscar informações, fazer matrícula, reclamações, dentre outras coisas. Quando observamos sobre bebedores e pias com sensores, também constatamos a inexistência desses itens. Não possuir essa estrutura fere o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015, s/p), que está em vigor desde dezembro de 2015 e no seu artigo 3º, inciso I, afirma que

[...] a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo a NBR 9050/04 (BRASIL, 2004), as portas de entrada devem ser amplas, com sinalização e sem barreiras físicas. Em nossa pesquisa, a porta deveria ser automática e podemos verificar que ela estava presente em 40% das academias, porém, podemos observar ainda que, embora não haja portas automáticas nas 60% restantes, todas estavam com larguras adequadas, permitindo a passagem de pessoas que utilizassem cadeiras de rodas, muletas e/ou andadores.

Segundo as normas da ABNT (BRASIL, 2015, p. 67), o elevador vertical deve atender à ABNT NBR NM 313 e externa e internamente nos elevadores verticais ou inclinados, deve haver sinalização tátil e visual, informando: a) instrução de uso, b) indicação da posição para embarque e desembarque; c) indicação dos pavimentos; d) dispositivo de chamada dentro do alcance manual. Muitas academias da Barra da Tijuca estão localizadas dentro de shoppings e centros comerciais, o que faz com que o quesito elevadores com painel em braile esteja presente no acesso a 40% das academias. Observamos também que duas academias possuem elevador no seu interior, porém sem painel em braile.

Para as normas da ABNT NBR 9050 (BRASIL, 2015, p.54), rota acessível é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizada de forma autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa incorpora estacionamentos, calçadas, faixas de travessias de pedestres (elevadas ou não), rampas, escadas, passarelas e outros elementos da circulação. A rota acessível interna incorpora corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores e outros elementos da circulação. Nesse quesito da pesquisa, verificamos somente a acessibilidade interna do espaço das salas de musculação, verificando a possibilidade de manobra da cadeira de rodas e acesso a aparelhos, visto que os outros itens estão separados no restante da pesquisa. 67% das academias estão de acordo com essa norma.

Segundo o artigo 63, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, é obrigatória à acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (BRASIL, 2015). Sendo assim, 100% das academias pesquisadas não respeitam o quesito acessibilidade na web, seja por não possuírem essa ferramenta ou por não estarem adaptadas para o uso de pessoas com determinadas limitações.

5 Conclusão

O direito a acessibilidade é um meio de garantir que as pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida possam desfrutar do direito de circularem e se utilizarem dos espaços de forma plena e livre de barreiras. O direito de acesso está assegurado na Constituição Federal brasileira e em leis elaboradas exclusivamente para essa parcela da população. Porém, o que se constata ainda é a existência de ambientes construídos e adaptados sem o propósito de incluir essas pessoas.

As pessoas com deficiência, ao se deslocarem pelos espaços ainda se deparam com vários obstáculos que dificultam e as impedem de utilizarem e de se locomoverem. É fundamental que elas consigam utilizar todos os espaços com autonomia e segurança. Sendo assim, é inconcebível, nos dias atuais, que projetos e obras continuem sendo construídas ou reformadas sem contemplar essas pessoas que segundo o IBGE no senso de 2010 era de 24,9% da população.

Para promover a qualidade de vida a todos os cidadãos, é preciso que haja uma mudança de atitude de todos os envolvidos, principalmente dos profissionais da construção e adaptações dos espaços; para que a partir daí os outros profissionais e o restante das pessoas possam interagir de modo mais natural com essa parcela da população.

Ao remover as barreiras, a pessoa com deficiência passa a investir em si mesma e pode seguir vivendo de modo pleno, ao invés de ficar excluída da sociedade levando uma vida inativa e dependendo de políticas públicas que as incluam para que possam sobreviver. A necessidade de circular está ligada ao desejo de realização e inclusão nas atividades sociais, culturais, políticas e econômicas necessárias na sociedade.

É nesse âmbito que entra o nosso trabalho: considerando a necessidade da prática da atividade física para a saúde, qualidade de vida e interação social; verificamos que as condições oferecidas para que os deficientes possam usufruir dessa prática com inteira autonomia ainda está aquém do que é preconizado na Lei. Porém, ao mesmo tempo percebemos que um longo caminho já foi percorrido como observado nos percentuais obtidos na pesquisa.

Nosso desejo como educadores e profissionais envolvidos no processo de inclusão, é ver um número maior de pessoas com deficiência frequentando esses espaços que visam o bem estar e a melhoria da saúde e da qualidade de vida e fazem com que essa pessoa esteja inserida na sociedade, aproveitando os mesmos espaços, podendo conviver de forma digna sem que precisem de outras pessoas ou de “jeitinhos” para poderem se deslocar.

É importante que essa consciência comece desde cedo, através da educação e que na área da educação física sejam oferecidas disciplinas que façam com que as pessoas possam refletir sobre a crescente demanda por profissionais qualificados e conscientes do seu papel de educadores.

Referências

- APARECIDA, S. et al. Atividades acadêmico-científico-culturais na formação do profissional de Educação Física. *Motriz*, Rio Claro, v.18 n.1, p.92-103, jan./mar., 2012.
- BOLONHINI JUNIOR, R. *Portadores de necessidades especiais: as principais prerrogativas dos portadores de necessidades especiais e a legislação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- BRASIL. *ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. 2004. 3.ed. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.
- BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015, Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 26 out. 2017.
- CALLÉ, A. *Acessibilidade nos condomínios edilícios*. Disponível em: <<https://calleadv.jusbrasil.com.br/artigos>>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- FROTA, T. *O que é piso tátil?* Disponível em: <<https://thaisfrota.wordpress.com/2009/08/05/o-que-e-piso-tatil/5-ago-2009/>>. Acesso em: 22 out. 2017.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 45. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- OLIVEIRA, L. *Cartilha do censo 2010 - pessoas com deficiência*. Secretaria de direitos humanos da Presidência da República (SDH- PR). Brasília, DF: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- PALMA, L.E. et al. Acessibilidade e academias de ginástica: a participação das pessoas com deficiência. *EFDeportes.com*, Buenos Aires, v.15, n.152, 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- RULLI NETO, A. *Direitos do portador de necessidades especiais*. São Paulo: Fiuza, 2002.
- SHIMOSAKAI, R. Conquista no esporte, política e acessibilidade. *Revista: Turismo Adaptado*. 22 de março 2014.

Notas sobre os autores

Káryn Dias Nogueira Lima. Faculdade Gama e Souza – FGS. karyn.dias14@gmail.com

Francisco Elieser Braga de Oliveira. Faculdade Gama e Souza – FGS. elieserbraga1@hotmail.com

Andrea Teixeira Vilela. Faculdade Gama e Souza – FGS. – andreatvilela@gmail.com

Victor Hugo do Rosário. Faculdade Gama e Souza – FGS. Grupo de Estudos em Educação Física e Esporte – GEEFE. rosariovictorhugo@gmail.com

Paulo Sérgio Pimentel de Oliveira. Faculdade Gama e Souza – FGS. Grupo de Estudos em Educação Física e Esporte – GEEFE. paulopimentelgem@gmail.com

Felipe da Silva Triani. Faculdade Gama e Souza – FGS. Grupo de Estudos em Educação Física e Esporte – GEEFE. felipetriani@gmail.com

Agradecimentos

Os autores agradecem aos responsáveis das academias que permitiram o acesso dos pesquisadores.

Recebido em: 09/05/2018

Reformulado em: 28/06/2018

Aceito em: 30/06/2018